



***“Ensino de História e Gênero”***

***Coordenadora:***

***Profa. Dra. Mariana Moreira Neto***

**MOLDANDO PASSADOS A PARTIR DO PRESENTE: O ENSINO  
DE HISTÓRIA E AS POSSIBILIDADES DE COMBATE À  
VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

*Iêda Mayara de Santana*

Mestranda em Ensino de História - URCA  
[mayara.santana@uece.br](mailto:mayara.santana@uece.br)

**RESUMO**

Nos filmes futuristas de ficção científica, como o clássico “De Volta para o Futuro”<sup>39</sup>, ou o nacional “O Homem do Futuro”<sup>40</sup> cujos enredos abordam a possibilidade de voltar ao passado através de máquinas do tempo, uma operação paradoxal a do historiador pode ser percebida, trata-se da confusão causada no presente através da ida ao passado. No caso do historiador tanto o passado pode ser moldado através do presente em seus estudos quanto o presente pode ser alterado pelo estudo e compreensão passado. Investigar, escrever sobre determinados assuntos e levar esse conhecimento para a sala de aula, são operações capazes de levar significados e visões de mundo aos alunos.

<sup>39</sup> Filme lançado em Dezembro de 1985, do diretor Robert Zemeckis, aborda a história de Marty, um adolescente da Califórnia, transportado ao passado através de uma máquina criada pelo cientista Doc Brown.

<sup>40</sup> Lançado em Agosto de 2011, sob direção e roteiro de Cláudio Torres, trata da história do cientista Zero, que cria uma máquina do tempo e volta aos tempos de faculdade.

Nesse estudo, propomos alterar o presente através do passado, ao dar visibilidade e empoderamento às mulheres pelas vias da História.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Resignificar; Violência e Gênero.

## **E O PASSADO, É UMA ROUPA QUE NÃO NOS SERVE MAIS?**

Tomemos como exemplo as inúmeras vezes que o personagem Zero, do filme “O Homem do Futuro”, é obrigado a voltar ao passado para refazer o presente, pois a partir da sua primeira ida, muitos aspectos do presente são alterados, o desejo de Zero de mudar seu passado, o faz, involuntariamente, alterar o presente e o futuro, Zero passeia livremente entre as temporalidades. O Historiador diante das fontes parte do presente e cria concepções e definições sobre o que passou, ele está imerso no tempo presente, passado e futuro e tem a grande responsabilidade de passar esse conhecimento a seus alunos.

Ao escrever sobre os movimentos emancipacionistas do século XIX, o historiador possibilita as bases para que, no ensino de história o professor/historiador lecionando em uma escola no Pernambuco, por exemplo, exponha a importância da luta de seus conterrâneos para a História do Brasil, o que os levará a ter uma compreensão da luta de seu povo, uma visão de mundo no presente e sobre este. Ao apontar personagens, a História elege merecimentos, enumera quem merece e não merece glórias, essa função esteve presente durante a história do ensino de história e permanece hoje, ainda que maquiada. Dessa forma, a questão colocada é, o passado nos serve? Como ele pode ser usado para o combate a violência de gênero? Qual é o passado que temos levado a nossos alunos?

É nesse ponto que a problemática do gênero como uma categoria de análise se insere, uma vez que entendemos ser a perspectiva de gênero e a ausência do feminino na História, dois dos inúmeros pilares que sustentam a violência de gênero, em especial a violência contra as mulheres.

Assim propomos voltar ao passado, com o olhar e os problemas do presente, e alterá-lo de modo a possibilitar o empoderamento e o respeito às mulheres pelo que elas foram e fizeram, por todas as suas lutas e glórias. Não queremos com isso mudar os fatos passados, tal pretensão seria impossível, mas trazer a tona aqueles que foram recalcados de alguma forma pela escrita da História e continuam ausentes do Ensino.

## MULHERES NA HISTORIOGRAFIA

A historiografia, durante muito tempo, foi ocupada majoritariamente por homens, que além de estarem no protagonismo da escrita, eram os atores principais da História produzida pelas mais diversas correntes. Mesmo entre os gregos, e em muitos momentos antes de a História ser entendida como disciplina científica, no século XIX destacavam-se as estórias e feitos dos reis e guerreiros, narradas por poetas.

No século XIX, conhecido como século da História, a história como gênero se profissionaliza - através do método tendo como expoente Rancke- com suas regras, seus ritmos, seus modelos próprios de fazer e entender o ofício do historiador, para quem apenas os documentos oficiais podiam ser entendidos como fontes históricas.

Essa escrita que metódica tinha como representantes os homens e dissertava sobre homens, deixava à margem a participação das mulheres, de quem eram porta-vozes, ocultando-as como agentes da História, e na invisibilidade elas permaneceram durante muitos anos. Mesmo o marxismo, que reconhecia a desigualdade entre as classes operária e burguesa não assinalou com mais ênfase as diferenças sociais entre homens e mulheres, que para estes seriam subsumidas após a Revolução, quando houvesse fim a propriedade privada.

Com os Annales, no século XX o foco das análises históricas é retirado do político e lançado para o econômico e social, há uma ampliação do conceito de fonte histórica e radicais mudanças quanto a sua escrita, sujeitos antes marginalizados passam a fazer parte das análises, como os negros, as mulheres, mendigos, vadios entre outros. Ainda assim, uma escrita feminina sobre as mulheres e uma aplicação no Ensino de História dessas pesquisas, não é suficientemente trabalhada.

No âmbito acadêmico, as concepções baseadas na percepção das diferenças sexuais, uma vez historicizadas, vem sendo objeto de estudo de muitos historiadores, o que faz com que possamos mudar do microscópio, ou seja a visão reduzida dessas relações como naturais e sem um precedente histórico para o telescópio, quando ampliamos ao universo esse olhar, dando novas possibilidades e desmistificando a concepção que naturaliza tais relações.

Assim, ao historicizar dados antes tidos como naturais, a exemplo das relações entre homens e mulheres a “*análise histórica pode se encarregar de qualquer objeto, tratado sob o ângulo do tempo e da transformação*” (SILVA, 2015). As relações de gênero, podem ser entendidas historicamente.

Estamos, então, diante de uma ilusão que descansa sobre um falso universalismo antropológico, no que, sem dúvida, se esconde a ideia de natureza humana perene, ao mesmo tempo em que a maneira de conceber o problema nos leva a considerar que homens e mulheres são de maneira básica os mesmos desde o começo de sua existência na terra. (SILVA, 2015, p 36-37)

Abandonando essa ideia de natureza perene, colocada por Renán Silva, de que as relações são as mesmas desde o começo, chega-se a conclusão que como natureza muda, as paisagens mudam, também as relações sociais entre homens e mulheres vem sendo modificadas ao longo da História, passando por ressignificações, construções sociais ganhando novas roupagens e transformando-se de acordo com cada sociedade.

Assim, tanto o que é esperado das mulheres, como das relações entre essas e os homens e entre elas e o mundo, passa por um processo histórico de ressignificações em determinadas épocas, é o caso, por exemplo, da maternidade e do instinto materno, ou da relação entre marido, esposa e filhos que podem ser pensados sob a perspectiva Histórica, uma vez que:

(...) cada vez mais novos objetos antes pensados como naturais caem sob a perspectiva da análise histórica. De fato, esse é o sentido e o pressuposto da definição aberta que François Furet fazia da análise histórica quando expunha que ela podia se encarregar de qualquer objeto, sempre que o tratasse sob o ângulo do tempo e da transformação. (SILVA, 2015, p 41)

Tendo dito que as relações sociais entre os gêneros são passíveis de análise histórica, desde que tratadas sob o ângulo do tempo e da transformação, cabe pensar como estas relações mudam de acordo com o Ensino de História, como este as ressignifica e quais as reverberações desse ensino para as relações fora de sala de aula.

Entendamos ensino de História enquanto disciplina escolar, termo que segundo CHERVEL, 1990:

La aparición, en las primeras décadas del siglo XX, del término ‘disciplina’ com su nuevo sentido vino certamente a llenar um vacío lexicológico, puesto qu se necesitaba de hecho um término genérico. Pero la nueva voz, antes de generalizar-se em su uso, puso de manifesto sobre todo las nuevas tendencias profundas de la enseñanza, tanto primaria como secundaria. (CHERVEL, 1990, P 61)

Ao analisar historicamente as disciplinas escolares, Chervel nos mostra que nem sempre houve essa separação entre as matérias de ensino, e até mesmo o termo disciplina surge na segunda metade do século XIX. Dessa forma, analisaremos o Ensino

de História como matéria e enquanto disciplina, portanto, envolve de intenções desde a composição de seu currículo até sua aplicação em sala de aula.

Analisar através de um telescópio, implica ampliar significativamente essas compreensões de relações de gênero, como objetos de análise histórica, e Ensino de História como disciplina escolar, envolvendo ambas em uma teia onde o primeiro está inscrito no segundo, e é muitas vezes modificado e definido por este.

Essa teia depende também de fatores externos, tais como a historiografia dominante, a metodologia do docente e os conteúdos encontrados nos livros didáticos, que em sua esmagadora maioria silenciam as mulheres, e quando estas encontram espaço nos livros e currículos, mesmo que por meio de leis que obrigam essa inclusão, o conteúdo ainda é tratado de forma marginal. Resolver esse problema, será viável ao tratarmos de homens e mulheres de forma igualitária pois:

Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que estiveram presentes, mas reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos. Desconstruir o processo que deu origem à história feminina para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias é um dos desafios permanentes do ensino da história hoje. (COLLING & TEDESCHI, 2015)

Além de apresentá-las agora como sujeitos históricos, é necessário problematizar seu processo de exclusão, de modo a ressignificar suas vivências, não apenas como obrigatoriedade do ensino, mas como base real para entender processos históricos, em outras palavras, precisamos alterar o passado, de acordo com as demandas do presente.

A maneira como essas mulheres são apresentadas no Ensino de História pode interferir diretamente nas relações de gênero pois seria dado às mulheres a mesma importância que os homens no processo histórico.

Outra abordagem necessária diz respeito das relações de gênero serem historicizadas no ensino de História, mostradas como não naturais e situadas dentro de um processo histórico onde papéis são designados a homens e mulheres. A longo prazo; mostrar a mulher nos processos históricos como tendo sofrido silenciamento e problematizar historicamente as relações de gênero; poderá contribuir para uma sociedade onde se reconheça a importância de ambos os sexos, e de todas as formas de sexualidade.

A História como disciplina escolar é espaço privilegiado dos debates sobre as mulheres e as relações de gênero, e deve ressaltar sempre que:

A força do patriarcado caiu sobre as mulheres, mas obviamente afetou também definições de masculinidade. Os homens, independentemente da personalidade de cada um, deveriam assumir seus papéis de dominantes. Deviam evitar mimar as mulheres, especialmente em público. Com frequência, precisavam estar prontos a assumir deveres militares ou de outro tipo de liderança e, em princípio, eram evidentemente responsáveis pela sobrevivência econômica da família. (STEARNS, 2017, P 34)

Não apenas os papéis femininos são estabelecidos e moldados historicamente, mas o que se entende por obrigações masculinas, também é fruto dessa construção e se modifica, ressignifica, ganhando os contornos que assume atualmente.

## **PROCURANDO ENTRE OS MORTOS, RESSIGNIFICANDO PRESENTES E PASSADOS**

*Eis o que se designa, de forma edificante, reconstruir a história. A ressurreição do passado consiste em elaborá-lo de acordo com nosso desejo. (Michel de Certeau)*

A prática histórica deve estar permeada de questionamentos, aberta a ressignificações e reflexões pois sempre que uma compreensão de presente é alterada, altera-se também o passado, essa busca entre os mortos, portanto, está sempre presente, o passado precisa ser repetidamente “ressuscitado”.

Com as novas perspectivas de gênero, compreendido aqui como construção social e cultural, e analisado enquanto categoria diferente do sexo, novas demandas sobre o passado, que problematizem e possibilitem a presença da mulher nos diferentes períodos históricos, inclusive nas escolas históricas, na produção de conhecimento; começam a surgir, em forma de uma necessidade ampla, pois agora trata-se não apenas de voltar ao passado e mostrar a atuação feminina, uma vez que muitas historiadoras e historiadores já o fizeram, mas de fixar essa historiografia e leva-la às salas de aula, às ruas, às conversas de bares, invadir os espaços.

Através da História, e em especial de sua pretensão ao status de verdade, que como nos diz CERTEAU:

*Ao pretender relatar o real, ela o fabrica. Ela é performática. Ela torna crível o que diz e faz agir por essa razão. Ao produzir crenças, ela produz praticantes. A informação declara: ‘o anarquismo está nas nossas ruas, o crime está à nossa porta!’ o público, imediatamente, arma-se e ergue barricadas (...)* (2016, p 53)

Não se trata de uma defesa de que a História crie público, mas de perceber o quanto a escrita da História, e o Ensino de História, influenciam na sociedade como um

todo, uma vez que, mesmo não tendo o historiador a pretensão da verdade, a historiografia, os textos históricos levados pelo professor à sala de aula, são muitas vezes o único contato dos alunos com aqueles fatos, e essa versão se não for problematizada será aceita e reproduzida em muitas ocasiões.

É a permanência de uma concepção de história entendida como exemplo, que segundo KOSELLECK, 2013: “*causa uma impressão tanto maior em nós quanto mais ela falar através de exemplos vividos*”, a historiografia, dessa forma, constitui-se um exercício de poder.

Por tais motivos, a narração do historiador assume um papel importante que a longo prazo constituirá uma das estratégias para o combate a violência de gênero, entendida como a violência direcionada principalmente às mulheres, que encontra motivação em estereótipos construídos para as mesmas, como a fragilidade, submissão e restrição às tarefas do lar. Dessa forma, concordamos com CERTEAU, 2016:

A narração do historiador desvaloriza ou privilegia práticas, exagera a dimensão de conflitos, inflama nacionalismos ou racismos, organiza ou desencadeia comportamentos. Ela faz o que ela diz. (...). As vozes charmosas da narração transformam, deslocam e regulam o espaço social; elas exercem um imenso poder que, por sua vez, escapa ao controle por se apresentar como a verdadeira representação do que se passa ou do que se passou. (p 53-54)

Mesmo que ao produzir historiografia os historiadores não o façam como narrativa dos fatos reais, essa força de regular o espaço social continua sendo percebida, em especial em épocas de crise, a sociedade recorre a história, para criar esperanças ou explicar conflitos. A narrativa coloca homens e mulheres em graus de importância diferenciados, situa estas como um outro em relação ao homem, e reverbera por muitos anos na sociedade de diferentes maneiras.

A violência contra a mulher é uma delas, uma vez que emerge da alteridade diferentemente de outras violências:

Pelo contrário, tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas. Porém, em outras situações, quem subjuga e quem é subjogado pode receber marcas de raça, idade, classe, dentre outras, modificando sua posição em relação àquela do núcleo familiar. (BANDEIRA, 2014)

Assim, o aumento da violência contra a mulher produz alterações no presente, mostrando a necessidade do retorno ao passado para ressignificar a atuação feminina e

problematizar as relações de gênero, e de reconhecimento dos muitos trabalhos que o fizeram, para uma compreensão do passado onde mulheres e homens tenham a mesma importância.

Não se trata de compreender um outro passado, mas de entender o passado sob a modalidade de um novo presente, o que ressignifica presentes e passados, dessa forma moldamos passados, não no sentido de alterá-los, mas, de trazê-los a tona sob novas perspectivas, construímos novas visões de passado que evidenciem a importância da mulher equivalente a dos homens.

## **O ENSINO DE HISTÓRIA: NOVAS COMPREENSÕES DO PASSADO E O COMBATE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Essa nova compreensão do passado, que coloque a mulher como figura central ao lado do homem, deve ser privilegiada como uma das formas de combate a violência e disseminada no Ensino de História, para tomar outros espaços.

O contato dos jovens com abordagens históricas que tragam em suas narrativas personagens femininas que foram “recalcadas”<sup>41</sup>, possibilita o reconhecimento, a identificação a representatividade feminina na história, como mais que coadjuvantes nesses processos, o que muda a compreensão feminina sobre si, e masculina sobre as mulheres.

E quando falamos em violência, nos referimos tanto a física, quanto psicológica e sexual, das quais as mulheres são diariamente vítimas, coisificadas, marginalizadas, reconhecidas enquanto ‘fadas do lar’, mas desrespeitadas em tantas outras situações, assassinadas, agredidas e humilhadas, por serem mulheres.

Um olhar sobre o passado que trouxesse à tona, por exemplo, história de mulheres que lutaram em guerras, como Jovita Feitosa, cearense que aos 17 anos de idade disfarçou-se de homem para lutar na guerra do Paraguai; ao ser levado ao ensino de história produz o efeito abordado por Certeau, sobre as novas demandas do presente alterarem a compreensão do passado por ser o presente outro.

Através desse novo presente, o passado, remodelado, revisitado, busca garantir que essas relações possam também ser outras. Essa nova demanda se refere a representatividade e garantia de que as mulheres serão colocadas lado a lado com os

---

<sup>41</sup> No sentido de terem sido ocultas, mas estarem sempre presentes, como se fossem dados constantes e subterrâneos. (CERTEAU, 2016)



homens na escrita e ensino de história. Estamos cientes de que apenas a História e o Ensino não podem acabar com a violência de gênero, mas as colocamos como possibilidades de luta e combate.

Quando nos referimos a ser um presente outro, é pelo reconhecimento de que há muito tempo a mulher é subordinada aos mais diversos tipos de violência, disseminada no seio familiar, no entanto também remota aos tempos mais antigos a história de resistências, personagens ímpares para a história, pertencentes a todas as classes sociais.

A responsabilidade do professor de história em alterar a compreensão de presente através do passado é ímpar. Mostrar que no processo histórico, mulheres e homens exerceram papéis importantes, refletindo criticamente o processo de exclusão destas em detrimento destes, e fazer com que esse conhecimento invada os espaços, demanda tempo, mas é uma necessidade tendo em vista que os casos de violência aumentam a cada dia.

Dentre tantas outras possibilidades de volta ao passado através do presente, citemos Leopoldina, a responsável pela independência do Brasil, que entretanto ainda não protagoniza as cenas da independência, pois essa é representada nos livros, novelas, séries, Histórias em Quadrinhos e nas mídias sociais, sempre com a mesma narrativa, mostrando os mesmos atores.

Trata-se da figura de Dom Pedro II, imponentemente sentado em seu cavalo, espada erguida às margens do rio Ipiranga, na presença de seus guardas, um cenário perfeito para um acontecimento histórico que mudaria os rumos do país, ao sair retumbante do peito do então imperador, o famigerado grito “*Independência ou morte!*” e assim o país se fez independente, pela espada do seu “salvador”; eis que Pedro Américo inventa através do quadro “O Grito do Ipiranga”, um fato histórico que vem sendo sustentado e mantido seja pelos livros, novelas, filmes, imagens, em diferentes narrativas.

Toda a construção da cena pode ser questionada, e o é em livros didáticos, o lugar escolhido pelo pintor, a construção da imagem imponente e napoleônica, as fardas que seus guardas vestiam no momento, até mesmo os cavalos são objeto de questionamentos.

Outras narrativas foram construídas, embora não sejam tão amplamente divulgadas, é o caso do estudo de Lúcia Maria Bastos, intitulado “*A guerra de penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*”, que faz uma análise através dos

impressos que circularam entre Brasil e Portugal, e possibilitaram a divulgação das ideias liberais. Segundo a autora:

Nos debates que veicularam, é possível identificar uma determinada cultura política da Independência profundamente enraizadas nas mitigadas Luzes portuguesas. De início, tendo por tema central o constitucionalismo, essa cultura política caracterizou-se por uma crítica transoceânica quase unânime aos corcundas, ou seja, aos partidários do Antigo Regime, mas não questionou a integridade do império luso-brasileiro. (NEVES, 1999, p. 1)

Lúcia Maria faz uma análise desse processo através de jornais e periódicos e mostra como a ideia constitucionalista, e a crítica aos corcundas, defensores de uma manutenção do sistema vigente, espalhou-se pelo Brasil, tornando-se constituição a palavra de ordem. Mostra ainda como essa mesma ideia constitucionalista, que visava limitar os poderes do imperador, transformou-se em separatismo, chegando ao conhecimento de uma grande parcela da sociedade.

Aqui nos deteremos a um detalhe mais singelo, uma contraposição que geralmente não é feita, como a carta chegou às mãos do imperador? Leopoldina. Mas quem seria essa mulher?

Leopoldina foi uma arquiduquesa austríaca, que veio ao Brasil casada com o então imperador Dom Pedro I, altamente instruída tendo sido educada na corte de Viena, onde começou a interessar-se por ciências naturais, estudando principalmente mineralogia e botânica. A vinda para o Brasil se deu através do casamento, alguns estudiosos afirmam que esse não era o plano de Leopoldina.

## **CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SE DÃO POR FINAIS**

Reconhecemos que voltar ‘entre os mortos’ e ‘ressuscitar’ histórias, ressignificar acontecimentos e incluir as mulheres de maneira definitiva no ensino de história é apenas uma das medidas a serem tomadas no combate a violência de gênero, mas é imediata.

Por compreendermos que quando não se reconhece a importância das mulheres no processo histórico, quando estas não são incluídas no ensino, quando seus feitos não tem reconhecimento, a mensagem entendida pela sociedade é a de que mulheres não são importantes, como coisas podem ser quebradas, descartadas.

É um longo percurso a ser feito, o de olhar para trás sob um presente outro e trazer de lá outras perspectivas para o feminino, mas o passo inicial foi dado no

momento em que a historiadoras e historiadores começaram a produzir sobre as mulheres, cabe agora fixar essa produção e invadir o ensino, alterando a compreensão do passado, através do presente.

Essas considerações não podem se dar por finais, cabe denomina-las iniciais, inaugurais, considerações primeiras, que dão vazão a um longo debate e, portanto, encerram-se com uma indagação: qual o papel da história na compreensão, por parte da sociedade, da importância de homens e mulheres? Como o ensino de história pode levar a ressignificação dos papéis de gênero e contribuir para o fim da violência contra as mulheres? É justo atribuir essa possibilidade ao ensino de história?

Finalizamos incitando dúvidas, reflexões e problematizações, na esperança de que estas mobilizem tanto quanto certezas jamais mobilizaram.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Brasília: Revista Sociedade e Estado. Vol 29, nº 2, 2014.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria e Educação, 2, 177-229, 1990.

COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro Antonio. **O Ensino da História e o estudo de gênero na Historiografia brasileira**. História e Perspectivas, 57, 295-314, jan/jun 2015.

DE CERTEAU, Michel. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FONSCECA, Nívea Thais de Lima e. **“História e Ensino de História”**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

NEVES, Maria Lúcia P. **“A guerra de penas: Os impressos e a independência do Brasil”**. Artigo publicado na Revista tempo, Agosto de 1999.

REZZUTI, Paulo. **“D Leopoldina: A História não contada. A mulher que arquitetou a independência do Brasil”**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

*Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCG*

SILVA, Renán. **Lugar de dúvidas**: sobre a prática da análise histórica: breviário de inseguranças. 1º Ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. 2º ed, 4º reimpressão, São Paulo: Contexto, 2017.